

## **Transformações nas cidades da Amazônia Brasileira: Manaus novas configurações urbanas decorrentes de projetos financiados por agências multilaterais<sup>1</sup>**

**J. A. Oliveira, T. Schor**

### **RESUMO**

Como resultado de pesquisa realizada entre 2007 a 2009 o texto discute a expansão urbana e os projetos de intervenção na cidade de Manaus especialmente os financiados pelo BID executados a partir de 2004 nas áreas de igarapés, lugares que foram ocupados de modos sucessivos por população de baixa renda. Baseado em pesquisa de campo e análise documental o texto aborda as principais implicações sociais que afetam os moradores das áreas alagadas atingidas pela primeira etapa do PROSAMIM na área central da cidade. Observou-se que a situação de pobreza dos moradores ultrapassa o viver em casas sem as condições mínimas de salubridade. A carência é refletida também no acesso aos serviços urbanos e ao trabalho, embora, a cidade de Manaus seja sede de importante Polo Industrial com faturamento, em 2009, de US\$ 26 bilhões.

### **1 INTRODUÇÃO**

Manaus tem extensa rede de drenagem, formada por igarapés<sup>2</sup> que são lugares integrados de modos sucessivos e simultâneos às novas lógicas e dimensões de como a cidade está sendo construída, que explicita as contradições e as desigualdades sociais concretizadas em desigualdades socioespaciais.

A partir do ano 2000, os principais igarapés da cidade que sempre concentraram a população mais pobre passam por vigoroso processo de transformação. Na bacia hidrográfica do Mindu, localizada na área norte da cidade, há intensa especulação imobiliária decorrente da verticalização e construção de grandes empreendimentos comerciais e na bacia do Quarenta situado na parte sul o

---

1) Parte do projeto de pesquisa “As transformações na rede urbana na Amazônia Ocidental: análise da influência do Polo Industrial de Manaus na fronteira norte – Amazonas-Roraima”, financiada pelo CNPq.

2) Igarapé – Denominação dada aos pequenos rios, na Região Norte (Amazônia). Igarapé é um termo indígena que significa “caminho de canoa” (de *igara* – canoa, e *pé* – trilha, caminho) (GUERRA & GUERRA, 2005).

Governo do Estado está executando o Prosamim - Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus, que demandou recursos no montante de US\$ 200 milhões de dólares, parte financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cerca de 70% ficando o restante como contrapartida do Governo do Estado do Amazonas.

O texto, que ora apresentamos, articula dois planos capazes compreender a expansão e transformação urbana da cidade e os grandes projetos de intervenção em curso na cidade de Manaus, no caso em análise o Prosamim, que tem grande relevância na cidade pela dimensão financeira e impacto urbanístico, sendo um de seus propósitos resolver o problema da moradia em igarapés. A pesquisa, que deu origem ao texto, buscou compreender a participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento no financiamento do programa, por ser uma das agências multilaterais de fomento conhecida por financiar programas e definir políticas públicas aos governos mutuários.

As análises permitem inferir, que de um lado, existe a problemática socioambiental a ser resolvida, referente às populações que moram em áreas de risco num meio ambiente poluído, de outro lado, há o interesse do BID nem sempre explícito nos documentos. Nesse sentido, é importante responder quais seriam as principais implicações sociais, que afetam as populações que moram nas áreas atingidas pela primeira etapa do programa nos igarapés da área central da cidade e da periferia próxima e qual o papel das agências financiadoras nesse processo.

Quanto ao projeto, a proposta básica do Prosamim é sanear os igarapés urbanos e as populações residentes, que em parte serão removidas e parte permanecerá em conjuntos residenciais construídos na própria área, conforme fig. 2 mostrada abaixo. Programas como as mesmas características foram realizados em outras capitais brasileiras, e tem seus discursos pautados por princípios que visam amenizar a pobreza por meio de várias ações, dentre as quais algumas voltadas à questão da moradia, saneamento e revitalização de áreas urbanas degradadas.

A pesquisa que deu origem ao presente texto teve como base trabalho de campo e de documentos oficiais (Relatório de Impacto Ambiental – Rima, o Plano Diretor de Desapropriação e Reassentamento, o Documento de Empréstimo, assinado entre o BID e o Governo do Amazonas e o Documento de País do BID para o Brasil. Foi feito também, o exame da política de intervenção urbana das agências de financiamento multilaterais especialmente a partir do ano dois mil, e, por fim, construiu uma base de informações, de dados e teorias que possibilitarão a difusão de informações sobre o programa que ensejou a elaboração de dissertações e relatórios de pesquisas que possibilitarão a realização de investigações futuras sobre o tema.

## 2 SITUAÇÃO DA ÁREA E AS INTERVENÇÕES

A cidade de Manaus é a mais importante cidade da hinterlândia amazônica em especial pela sua localização que é altamente privilegiada, conforme apontaram vários viajantes do século XIX e reafirmaram no século XX em estudos realizados por Aziz Ab'Saber (1953), Mário Lacerda de Melo (1990) e Ribeiro Filho (2004).

A localização de Manaus equidistante da fronteira oriental marítima e da fronteira ocidental da vasta rede hidrográfica possibilita conexões com diferentes localidades da Amazônia e permite que a cidade seja um importante centro de circulação de mercadorias e de pessoas para o *hinterland* e da região para o restante do país e outras partes do mundo. A excepcional posição geográfica faz com que a cidade desempenhe importante função portuária, concentrando o fluxo principalmente para a Amazônia Ocidental (OLIVEIRA & SCHOR, 2008), o que faz com que os fluxos vindos de Belém



e Santarém, no Estado do Pará, deixem seu rastro no caminho, que no Estado do Amazonas tem dois polos intermediários importantes: a cidade de Parintins com seu festival folclórico que se realiza no mês de junho de alcance nacional e global; e a cidade Itacoatiara na desembocadura do rio Madeira que foi importante polo madeireiro destinado a exportação até meados dos anos 1990 e que a partir dessa data passe a ser o porto de exportação de soja vinda do Mato Grosso pela hidrovia do rio Madeira na parte sul do Estado que liga a cidade de Porto Velho em Rondônia a cidade de Itacoatiara no Amazonas (SCHOR, & COSTA, 2007; MORAES & SCHOR, 2007).

O foco da pesquisa foi a primeira etapa do programa que compreende a Bacia do Educandos nos trechos dos igarapés Manaus, Bittencourt, Mestre Chico, Cachoeirinha e Quarenta que forma a Bacia Hidrográfica do Quarenta/Educandos. Esta área é o *locus* da ação do Prosamim projeto de intervenção urbana que articula nexos estruturais visando dotar a cidade de eficiência econômica ao mesmo tempo em que também tem nexos com o controle fiscal diminuindo a pressão do poder local sobre os recursos federais. Além disso, os recursos aplicados no programa são por meio de empréstimos, o que significa juros, taxas e comissões, que podemos caracterizar como um mecanismo de reprodução ampliada do capital.

A área de estudo se localiza ao sul do município de Manaus, mais precisamente, na porção sudeste. Essa área é compreendida pela Bacia Hidrográfica Urbana do Quarenta/Educandos, que possui área de 3.834 ha e que passa por dois bairros populares cuja ocupação retoma ao século XIX, o de Educandos e Cachoeirinha. Essa bacia hidrográfica contempla diversos canais urbanos e, em especial, os igarapés de Manaus, Bittencourt e Mestre Chico.

O Prosamim tem como objetivo central resolver o problema da habitação, urbanismo e questões sanitárias na Bacia do Quarenta/Educandos onde, segundo dados do programa, viviam cerca 7.000 famílias direta e indireta e 36.000 pessoas. Foram atingidas diretamente com remoção 1.845 famílias e 7.820 pessoas distribuídas do seguinte modo: igarapé de Manaus atingiu 449 famílias de um total de 1.821 pessoas; igarapé do Bittencourt atingiu 329 famílias de um total de 1.431 pessoas; e o igarapé Mestre Chico atingiu 1.067 famílias de um total de 4.568 pessoas.

Trata-se de um programa de intervenção urbana governamental que visa sanear áreas de igarapés da cidade de Manaus com prazo de execução para oito anos. A primeira fase, demanda recursos no montante de US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares), sendo que 70% (US\$ 140.000.000,00) financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e os 30% restante com orçamentos do Governo do Estado do Amazonas (podendo recorrer ao capital privado, financiamentos da Caixa Econômica Federal – CEF, etc.).

Do ponto vista urbano, pode-se identificar que o programa tem como objetivo implícito liberar áreas degradadas dos igarapés para requalificação ambiental e urbanística e para tanto retirar as moradias precárias repondo outras com certo padrão de qualidade ou mesmo tempo, em ocorre o aterramento ou drenagem dos igarapés. Além disso o projeto visa agregar, ações que melhorem renda familiar por meio da participação das famílias em programas específicos. Como completo dessas ações busca-se apoiar a implantação de atividades econômicas, na formalização e desenvolvimento dos micro e pequenos negócios que serão deslocados das áreas requeridas para implementação do programa.

### **3 AS AGÊNCIAS MULTILATERAIS E AS INTERVENÇÕES URBANAS**

A criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento já estava em discussão no final do século

XIX, desde a Primeira Conferência Internacional Americana, realizada entre 2 de outubro de 1889 a 19 de abril de 1890, em Washington. O motivo maior da criação de uma instituição financeira com os moldes do BID devia-se a dependência que a América Latina tinha em relação aos Estados Unidos com relação a financiamentos. O pensamento predominante na América Latina era de que criação de uma instituição destinada a financiar o desenvolvimento urbano da região era a redenção em relação da dependência dos EUA.

O presidente americano era Dwight Eisenhower, que enviou para a visita ao Peru e a Venezuela o vice-presidente Nixon. A recepção não foi das melhores em decorrente do desgaste dos Estados Unidos na América Latina em função da Guerra Fria. O presidente do Brasil Juscelino Kubitschek viu nesse momento a oportunidade de construir um novo pan-americanismo. Foi assim que, em 28 de maio de 1958, o presidente Juscelino escreve carta ao presidente dos Estados Unidos propondo a criação da instituição financeira. Houve a concordância deste, que para concretizar seu ato envia o secretário John Foster Dulles, em 1958, para discutir o fortalecimento da comunidade interamericana tendo como um dos eixos a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Seis dias após a visita do secretário John Dulles, conforme destaca Ronaldo Costa Couto (2002), o presidente Eisenhower envia o subsecretário C. Douglas Dillon para confirmar o que os países da América Latina há muito almejavam “the establishment of an inter-American regional development institution wich would receive support from all its member countries” (Ata da sessão do CIES, *apud*, COUTO, 2002, p. 34). A Operação Pan-Americana veio a incidir com a criação de uma série de instituições e em novas formulações na política financeira da América Latina, nas palavras do primeiro presidente do BID, Felipe Herrera Lane, “[...] constituiu um antecedente decisivo para a criação do BID [...] porque concorreu para que [...] decidissem reexaminar a sua política de cooperação para desenvolvimento econômico e social da América Latina” (COUTO, 2002, p. 35).

No Brasil, somente a partir 1964, quando da Ditadura Militar, especialmente nos governos de Costa e Silva (1967-69), Médici (1969-74) e Geisel (1974-79) período do “milagre econômico” é que os organismos financeiros multilaterais, dentre os quais o BID, passam a participar ativamente dos programas nacionais: financiando projetos e trazendo divisas, que complementam a poupança interna. No final da década de 1970 e início dos anos 80, ocorre a crise do petróleo com queda nos financiamentos para o Brasil. Os financiamentos são retomados na década de 1980 em decorrência da conjuntura internacional marcada pelo fim da Guerra Fria, a queda do Muro de Berlim e, no caso específico do Brasil pelo fim da ditadura militar. No período de 1991 e 1999 os financiamentos do BID para o Brasil foram dirigidos para os seguintes setores: 47% para a área social; 40% para a área de infraestrutura e setores produtivos; 9% para a modernização do Estado; e 4% para a área de meio ambiente, sendo que na área social a maioria dos recursos foi carregada para programas de desenvolvimento urbano, de saneamento básico e de moradia.

E neste período, ou seja nos anos 90, com o advento do neoliberalismo é que as instituições multilaterais passam a financiar projetos voltados para o ambiente urbano. Como sustenta Fernanda Sánchez (2003, p. 278), “desde os anos 80, mas especialmente na década de 90, o privilegiamento da escala do local e o interesse pelo campo da gestão urbana, determinam o papel central das agências multilaterais como mediadoras do processo de mercantilização das cidades”. É, também, na década de 1990 que a questão ambiental ganha destaque no cenário internacional e o ambiente urbano insere-se na pauta e nas agendas das organizações financeiras internacionais.

Cidades como Curitiba no Brasil e Barcelona na Espanha passam a servir de modelos para programas de intervenções urbanas. Com isso percebe-se que estão sendo implantados modelos externos de urbanismo característicos de urbanismos funcionalistas que não levam em consideração as especificidades do lugar. Esses modelos de intervenção urbana obedecem ao figurino que ganham o epíteto de “cidade ecológica”, “cidade saudável”, e uma cadeia de outros títulos que as fazem subir no *ranking* das cidades com melhor qualidade de vida, dos grandes centros de negócios

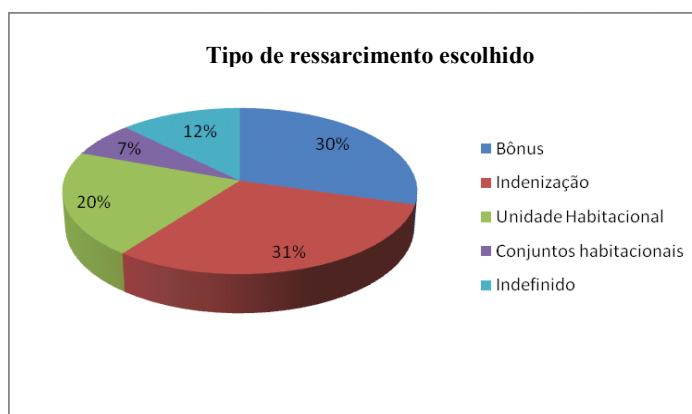
e etc. como é o processo pelo qual as cidades de acima citadas vem passando, que embora com melhorias importantes, mais se adequam aos interesses dos grupos dominantes em escala global.

Manaus se insere nesse processo, pois aparece como centralidade na reprodução capitalista na periferia, primeiro por conter em seu território importante parque industrial com mais de 500 empresas e, em segundo lugar por ser a capital do Estado da Federação com o maior índice de preservação o que lhe aproxima do discurso da sustentabilidade. Tais requisitos, se encaixam na lógica do discurso de “erradicar a pobreza” e de promover o desenvolvimento urbano sustentável”. É essa lógica que garante o financiamento externo para execução do Prosamim, no valor de US\$ 140 milhões, pelo prazo de 25 anos (de 2006 a 2030).

Para a implantação do Programa foram elegíveis 30 igarapés que fazem parte da Bacia do Quarenta-Educandos. Porém, para a primeira fase, de que trata esse artigo, foram elegíveis 3 igarapés, já referidos anteriormente e dos quais trataremos a seguir.

#### 4 A EXECUÇÃO DO PROGRAMA

O Prosamim estabeleceu um plano de ressarcimento de famílias ocupantes de áreas inundáveis propondo quatro alternativas para reposição das moradias: unidades residenciais superpostas em três andares, com área variando entre 50 e 55 m<sup>2</sup>, implantadas em terrenos disponíveis nas imediações do igarapé de Manaus e em Solo Criado nas margens do igarapé Mestre Chico; unidade residencial térrea, em terreno de 128 m<sup>2</sup> e área construída de 38 m<sup>2</sup>, localizadas em conjuntos habitacionais implantados por meio da Política Habitacional do governo do Estado do Amazonas localizados na Zona Norte da cidade; unidade residencial térrea, assobradada ou verticalizada tipo apartamento, captada no mercado imobiliário local, adquirida com o bônus-moradia (valor de R\$ 21.000,00) e indenização em dinheiro, para residências com valor superior ao bônus-moradia. A pesquisa de campo demonstrou que a maioria dos moradores optou pela indenização e pelo bônus-moradia, conforme figura a seguir.



**Fig. 1** Tipo de ressarcimento escolhido pelos moradores do Prosamim Etapa I

FONTE: Pesquisa de campo coordenada por PINHEIRO, Lady Mariana, 2008.

Apesar da pequena diferença, o predomínio pela opção pela indenização está relacionado, a liberdade de escolha que se tem em optar por um lugar para morar ou ter o livre-arbítrio para fazer o que julgar mais conveniente com o dinheiro recebido, isso porque nos casos onde se escolhe a alternativa bônus-moradia, o morador ficava condicionado à aprovação da residência escolhida pelo gestor do Prosamim e o valor era depositado direto para o vendedor do imóvel. De acordo com os

dados coletados já na segunda fase da pesquisa, essa necessidade de aprovação da casa pelo Prosamim, em muitos casos, dificultou o encontro da residência desejada, uma vez que quando se encontrava a casa no valor de R\$ 21.000,00, ela apresentava alguma limitação diante das exigências impostas pelo programa, ou a situação inversa ocorria, quando a casa preenchia os requisitos básicos estipulados, o valor estava acima do previsto.

É inegável que a sociabilidade construída ao longo dos anos de moradia nos igarapés foi fortemente abalada pelo processo de remanejamento e que essa também foi mencionada como critério na hora da escolha da nova casa. Os relatos dos antigos moradores, especialmente de mulheres, revelou que se optou pela escolha de moradias, dentro do possível, em bairros próximos à casa de parentes, justamente com o intuito de compensar as relações de vizinhança que geralmente se mostraram mais significantes e que foram descaracterizadas, com o intuito de se manter laços com pessoas que ofereçam algum tipo de amparo no caso de uma eventual necessidade.

Um dos pontos-chave do programa, diz respeito ao acesso a novas moradias pela mulher – considerando modelos estabelecidos por organismos internacionais quando citam a necessidade de maior igualdade entre homens e mulheres na busca pela sustentabilidade urbano-ambiental. Observa-se que na execução do Prosamim, tal aspecto é explicitado quando a documentação da nova moradia é emitida em nome da mulher. “Sob condição de negociação prévia com os componentes do grupo familiar, a documentação de propriedade e de uso das moradias de reposição será emitida em nome da mulher e dos filhos do casal” (PDDR, 2004, p. 17).

Aqui o Estado estabelece a divisão arquetípica entre o masculino e o feminino, deixando a mulher com a parte ligada ao Estado social. Isto quer dizer que o Estado divide-se entre uma parte financeira e administrativa, de responsabilidade masculina (espaço público) e a vertente paternalista, familiarista e protetora, voltada para o feminino (espaço privado). A crítica não é à iniciativa de alocar a mulher como proprietária da casa, mas sim ao fato de pôr em campos estanques espaço público e espaço privado, deixando em segundo plano as mudanças estruturais ocorridas nas famílias, esquecendo-se o caráter político que assume o espaço privado e que acaba por influenciar o espaço público.

As primeiras moradias localizadas em áreas transformadas pelo projeto urbanístico foram entregues em meados de 2008 num total de 551 moradias no Parque Residencial Manaus (Figura 2) beneficiando igual número de famílias, todos moradores das áreas de igarapés, dos quais, 364 eram anteriormente inquilinos e 187 de proprietários.



**Fig. 2 Moradias do Parque Residencial Manaus**

Fonte: Acervo Nebecab, dez 2008.

Os critérios para distribuição das unidades habitacionais aos moradores que optaram por essa modalidade foram: a) as primeiras famílias removidas da área do igarapé para moradias transitórias, seguindo a ordem da data mais antiga para a mais recente; b) as unidades habitacionais foram distribuídas de acordo com o número de integrantes de cada grupo familiar; c) grupos familiares que possuíam em sua composição pessoas idosas e/ou pessoas portadoras de necessidades especiais que tiveram prioridade na escolha de unidades habitacionais localizadas no andar térreo; d) pessoas que desenvolvem atividade econômica em casa tiveram prioridade na escolha de unidades habitacionais localizadas em blocos para assim possibilitarem melhor acesso aos seus clientes; e) para os grupos familiares que não se adequaram a nenhum dos critérios oferecidos, havendo dúvidas ou divergências entre os moradores na escolha das unidades, procedeu-se a um sorteio para a escolha das unidades a serem ocupadas por essas famílias.

Na pesquisa qualitativa por meio de entrevistas realizadas com moradores do Parque Residencial Manaus e com os que receberam bônus-moradia, pode-se apontar os seguintes aspectos:

- a) As transformações do espaço de moradia e socialização reelaboram as práticas sociais dentro de determinado contexto, sendo que a partir do momento em que as centralidades são recriadas também passam a ser recriados os mecanismos das relações que se dão nesse espaço;
- b) Em todos os casos pesquisados, mesmo considerando as famílias remanejadas para áreas distantes daquelas anteriormente habitadas, havia profunda satisfação com a nova casa por ser de alvenaria, ter quintal, mais de dois cômodos, o que garante privacidade, ambientes higienizados;
- c) Foi considerado como positivo a negociação partilhada entre o casal e casos onde a mulher esteve totalmente à frente do processo, até mesmo porque a casa, na maioria dos casos, ficou mesmo em nome da mulher, condição prevista do PDDR. Das doze famílias acompanhadas na pesquisa qualitativa, apenas em um caso a residência ficou totalmente no nome do homem, enquanto nos demais ficou no nome dos dois;
- d) O acesso a serviços de saúde se mostrou como um dos mais críticos, visto que foi o mais citado, explicitando uma condição geral no serviço público de saúde no município, não sendo apenas casos isolados;
- e) Outro aspecto diz respeito ao acesso às escolas dos filhos. Contatou-se a ausência de um suporte infraestrutural relacionado à educação, como creches e escola em tempo integral, que reflete de maneira determinante na reprodução das famílias, demonstrando carências principalmente no acolhimento de crianças e jovens em condições adequadas;
- f) Outro aspecto destacado: o transporte público, visto que a qualidade na prestação desse serviço afeta diretamente o cotidiano das mulheres, no que se refere ao deslocamento ao trabalho, a atividades de lazer com os filhos, à realização de compras domésticas e ao deslocamento de crianças e jovens às escolas. Este item também está relacionado à distância para o trabalho;
- g) No quesito trabalho e renda, na nova moradia observou-se que há predominância da renda da mulher como o provedor do sustento da família. Observou-se, porém, que a mudança não alterou as estruturas sócio familiares, isso se explicita quando a mulher procurou efetuar mudanças na nova moradia, mas se viu limitada pela opinião do companheiro. Outra situação ainda voltada para esse quesito, é a de homens que não estão desenvolvendo nenhuma atividade remunerada e agora, nas novas casas, se veem na obrigação de desempenhar atividades domésticas. Mesmo não se opondo em realizar ações até então designadas à mulher, consideram o momento passageiro, até conseguir trabalho fora de casa, ou seja, esses homens consideram o trabalho no ambiente doméstico como algo transitório, que poderá ser superado e normalizado assim que se realocarem no mercado de trabalho;
- h) Constatou-se por fim, a satisfação feminina com a nova casa, mas insatisfação com a morada.

Nesse caso, compreende-se que a moradia não é apenas a casa, mas toda a infraestrutura urbana que uma moradia demanda, bem como as sociabilidades estabelecidas.

Em todos os itens o nível de satisfação dos moradores das casas construídas no local Parque Manaus (figura 2) era superior aos que foram reassentados em outras áreas. O reassentamento para bairros distantes daquele anteriormente habitado teve como consequência no contexto familiar o maior tempo fora de casa, diante da necessidade de sair mais cedo de casa para a realização das atividades de trabalho, que permaneceram próximas às antigas áreas e o retorno ocorrer mais tarde ao lar, em decorrência da distância e da dependência do transporte público, aspectos que não eram relevantes na moradia anterior nas margens dos igarapés, que como os moradores se referiam “era perto de tudo”. Esse fato demonstrou maior afastamento entre o casal e também considerável distanciamento do acompanhamento dos filhos menores e adolescentes.

## 5 AS INTERVENÇÕES E OS ESPAÇOS PÚBLICOS

As intervenções urbanas decorrentes do Prosamim acarretam dois processos distintos: o primeiro resulta das transformações significativas na paisagem que, por um viés, contribui para a valorização e realocação de empresas nesses espaços. E segundo a implantação na área do Parque Manaus de parques de diversão, área de lazer que significou “espaços considerados valorizados” proporcionando “nova” espacialidade na área central da cidade.



**Fig. 3 Antes das intervenções e depois das intervenções.**

Fonte: Acervo do NEPECAB e fornecido pela UGPI, 2007.

Essas novas espacialidades, porém trazem outros “problemas” – maquiagem, transformar ou intervir no espaço são processos que não levam em consideração as condições naturais da área de intervenção, tampouco as relações sociais pretéritas. Do ponto de vista urbanístico sem dúvida significou transformação, porém do ponto de vista da apropriação do espaço não significou mudanças, pois o espaço produzido não o foi para os antigos moradores nem para os novos, visto que passam a ser apropriados por moradores de outras áreas da cidade. É como se os antigos moradores não tivessem direito à paisagem urbana transformada. Suas antigas moradias foram retiradas como lixo, e como continham além da precariedade que as encerravam, sentimentos, emoções culturais, se perdeu um pouco do espaço de vizinhança bem como a relação das pessoas com o lugar. Há em relação as áreas de lazer certo estranhamento por parte dos moradores do Parque Manaus.

Quando intervenções urbanas produzidas a partir de grandes projetos financiados por agências multilaterais são aplicadas em cidades como Manaus, os impactos são relevantes e nos impelem a indagação: há alternativas para a construção de nova urbanidade que não sejam estas?

Não se trata de uma questão fácil de ser respondida. Em primeiro lugar, porque as cidades não são



apenas produtos do nosso tempo, mas de tempos pretéritos cristalizados na paisagem. Para compreender esse processo, é preciso considerar a paisagem urbana para além do aparente, pois a complexidade contemporânea não permite compreendê-la apenas relacionando-a a crise, emersa nos diagnósticos das carências e nas contradições de um modelo excludente. Apesar de todas as contradições a paisagem urbana, como as antigas moradias dos igarapés, comporta virtualidades e possibilidades. Em segundo lugar, as novas ações postas por intervenções como a aqui apresentadas parecem aguçar a perversidade das desigualdades sociais, que se concretizam em desigualdades espaciais, numa cidade com precários serviços urbanos, cujo resultado é uma cidade não cidadã.

Só superaremos isso, se as ações públicas e privadas, coletivas ou individuais contribuírem para superar a visão funcional e caricatural, por exemplo para o caso de Manaus, de que ter um parque industrial pujante e grandes intervenções urbanísticas, bastam. Manaus é muito mais do que isso; e, apesar das contradições, das desigualdades e dos conflitos, é, em todos os cantos, um lugar de encantos. É uma realidade complexa e contraditória, ultrapassando o aparente, para circunscrever-se em sentimentos e emoções.

No livro **Espaços de esperança** David Harvey narra o espanto de Ebenezer Howard no distante ano de 1888, caminhando por algumas partes de Londres onde se amontoavam pessoas em ruas estreitas, escuras e em habitações lamentáveis (Harvey, 2004, 332). O caminhante observa por toda parte as manifestações de uma ordem social que só busca beneficiar a si mesma e reflete a absoluta precariedade do sistema econômico e de sua completa impropriedade para a vida, a ordem da justiça, da unidade e da amizade. Harvey um século depois percorre as ruas de Baltimore e fica ainda mais consternado porque as desigualdades são mais chocantes e desnecessárias.

O que não dizer de uma cidade como Manaus em que o processo de produção do espaço urbano é do ponto de vista socioambiental tão contrário a qualquer tipo de razão gerando uma espacialização que se concretizou no período da borracha e repete-se com a implantação e ampliação da Zona Franca de Manaus. O espaço urbano aparece, num período e noutro, como resultado de processos geradores de formas e funções modificadoras da cidade encravada no meio da floresta, porém, jamais significou o espaço transformado para todos.

Intervenções como a do Prosamim parecem reforçar a ideia de que os pobres da cidade são, ontem como hoje, ninguém. Seus rostos queimados pelo sol, seus corpos impregnados do odor da borracha, suas mãos calejadas pelo manuseio de pedras e tijolos das grandes construções e de aparelhos eletrônicos, seus corpos cansados de uma jornada estafante não contam na espacialização da cidade. Eles são os outros e a cidade não tinha e não tem lugar para eles. A cidade está capturada pelo mercado, sendo seu espaço não apenas a mediação, mas e principalmente a descontinuidade do cotidiano programado, em que predomina o tempo contínuo da produção do lucro.

A espacialidade contraditória aparece como algo dado que não é possível mudar visto que segue a “ordem natural das coisas”. Retomamos a pergunta, não há alternativas? Em primeiro lugar é preciso resgatar o sentido de cidade que ultrapasse a caricatura e a funcionalidade de um urbanismo pretensamente racional e buscar as condições da urbanidade, o que significa direcionar as políticas públicas, visando remir os espaços coletivos como signo da nova cidade, não só em termos de funcionalidade da produção e da circulação, mas como lugar das pessoas. É preciso criar tempos e espaços para a vida em toda sua dimensão, bem como resgatar a cidadania, que exige a concretude de uma vida decente, que pressupõe o crescimento econômico, com desenvolvimento o que significa a diminuição do fosso social que separa a pujança de um faturamento de cerca de 32 bilhões de dólares em 2008 e 26 bilhões em 2009 e o aumento da periferização de uma cidade no meio da floresta.

## 6 CONCLUSÕES



Aparentemente, o Prosamim é um programa de intervenção urbana inquestionável do ponto de vista social em decorrência das precárias condições socioambientais que predominavam antes nas moradias localizadas às margens dos igarapés. Para além dessa constatação é preciso desvendar a realidade visando atingir a essência, não prescindindo da crítica. Neste sentido, pode-se sustentar que não se pode reduzir o espaço urbano à localização ou às relações sociais de posse. O espaço urbano representa uma multiplicidade de fatores sociomateriais e socioambientais e é sem dúvida uma localização física, mas é, ao mesmo tempo, uma possibilidade e uma expressão psicossocial. É produto da sociedade e é, ao mesmo tempo, condição para a sua produção e reprodução. No limite, o que se concluiu é que a forma de produção do espaço na área da bacia hidrográfica do Quarenta/Educandos, onde estão inseridos os igarapés do Mestre Chico, Bittencourt e Manaus, onde se desenvolveu a primeira etapa do Prosamim, expressa as relações sociais existentes, ao mesmo tempo em que explicita as práticas administrativas, hierarquicamente estruturadas.

Por outro lado, a situação de pobreza observada nas moradias dos igarapés ultrapassa o viver em uma casa sem as condições mínimas de salubridade. A carência é refletida também no acesso aos serviços e equipamentos urbanos, à educação, a trabalhos dignamente remunerados e ao atendimento dessas necessidades de acordo com as especificidades de cada agente social, ou seja, é inviável conceber políticas urbanas que busquem maiores padrões igualitários entre os cidadãos, sem considerar as diferenciações existentes. Porém, as novas moradias, sem dúvida de melhor qualidade, não conseguiu transformar a dura realidade das pessoas que agora se veem sem condições de pagar as despesas decorrentes da nova condição. No caso das famílias que foram reassentadas em áreas distâncias pesa sobretudo a falta de serviços urbanos que se precarizou em relação ao antigo local.

Compreender Manaus e outras cidades da Amazônia brasileira é muito mais do que analisar a forma restrita de sua paisagem urbana, visto que esta não se resume ao conjunto de objetos, pois contém modos de vida, os quais, como os primeiros, são resultantes das relações de produção continuamente produzidas e reproduzidas pela sociedade de cada tempo. Significa compreender as transformações decorrentes de intervenções urbanas de grande porte, mas é preciso levar em conta a vida das pessoas, da gente dos igarapés. Para além de um urbanismo asséptico de formas limpas deve ser levado em conta homens e mulheres para os quais a história e a geografia são, ou deveriam ser feitas e não esperadas.

## 7 REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. N. (1953) 'A cidade de Manaus', **Boletim Paulista de Geografia**, (15), pp. 18-45.
- AGASSIZ, L. e AGASSIZ, E. C. (1975) **Viagem ao Brasil: 1865-1866**, Itatiaia, Belo Horizonte: Edusp, São Paulo.
- COUTO, R. C. (2002) **A história viva do BID e o Brasil**, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington-DC; Editora Derley, Contagem-MG.
- GUERRA, A. T. & GUERRA, A. J. T. (2005) **Novo dicionário geológico-geomorfológico**, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- HARVEY, D. (2004) **Espaços de esperança**, Edições Loyola, São Paulo.
- MELO, M. L. & MOURA, H. A. (1990). **Migrações para Manaus**, Editora Maçangana, Recife.
- MORAES, A. O. & SCHOR, T. (2007). A geografia do abastecimento alimentar na Amazônia dos



Paper final

grandes rios: estudo a partir de Coari e Manacapuru/AM. **X Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Florianópolis, 29 outubro a 2 de novembro.

OLIVEIRA, J. A. & SCHOR, T. (2006) **Manaus: transformações e permanências do forte à metrópole regional**, Fundação FORD e NAEA – UFPA, Belém-PA.

PINHEIRO, L. M. S. (2008) **As mulheres do Prosamim: ambiente, gênero e cidade**, Dissertação. PPCASA, UFAM, Manaus.

SÁNCHEZ, F. (2003). **A reinvenção das cidades: para um mercado mundial**, Argos, Chapecó.

RIBEIRO FILHO, V. (1999) **Mobilidade residencial em Manaus: uma análise introdutória**, EDUA, Manaus.